
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LOJAS LE BISCUIT S.A.

ENTRE

LOJAS LE BISCUIT S.A.
COMO EMISSORA E GARANTIDORA,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO.

DATADO DE 15 DE JULHO DE 2014

2

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LOJAS LE BISCUIT S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

LOJAS LE BISCUIT S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, na Rua Monsenhor Tertuliano Carneiro, 136, 1º andar, CEP 44.002-296, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 16.233.389/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" e "Garantidora");

e, de outro lado:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 2.1) da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Lojas Le Biscuit S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I **AUTORIZAÇÕES**

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada pela Emissora com base nas deliberações aprovadas na Reunião de seu Conselho de Administração realizada em 15 de julho de 2014, na qual foi deliberada nos termos do artigo 20, alíneas "p", "o" e "cc" de seu Estatuto Social: (i) a aprovação da Emissão (conforme definida na Cláusula 2.1) e da Oferta Restrita (conforme definida na Cláusula 2.1), pela Emissora, das Debêntures para distribuição pública no Brasil; (ii) a prestação, pela Emissora, das Garantias (conforme definidas na Cláusula 5.1.1) às Debêntures; e (iii) a contratação de Instituições Intermediárias (conforme definidas na Cláusula 3.5.1) e do assessor legal para atuarem na estruturação, coordenação e realização da Emissão ("RCA Emissora"), bem como nas deliberações aprovadas em sua Assembleia Geral Extraordinária também realizada em 15 de julho de 2014, na qual foi aprovada a Emissão e deliberadas suas condições, nos termos do artigo 10, alínea "h", de seu Estatuto Social e artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações ("AGE Emissora", e em conjunto com RCA Emissora, "Aprovações Societárias").



CLÁUSULA II

REQUISITOS

2.1. A presente 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão", "Debêntures", "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Atas das Aprovações Societárias

2.1.1.1. A ata da RCA Emissora de que trata a Cláusula 1.1 desta Escritura de Emissão será devidamente protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") e será publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia ("DOEBA") e no jornal "Correio da Bahia", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da AGE Emissora de que trata a Cláusula 1.1 desta Escritura de Emissão também será devidamente protocolada para arquivamento na JUCEB e publicada no DOEBA e no jornal "Correio da Bahia", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição da Escritura de Emissão na JUCEB

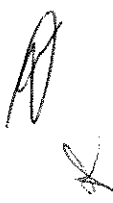

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") deverão ser arquivados na JUCEB, conforme disposto no artigo 62, inciso II e § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que 1 (uma) via original dos mesmos, devidamente arquivada na JUCEB, deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário, conforme descrito na Cláusula 8.1, alínea "xiii" desta Escritura de Emissão.

2.1.3. Registros dos Contratos de Garantia no Registro de Títulos e Documentos

2.1.3.1. Em virtude da garantia real prestada pela Emissora nos termos dos Contratos de Garantia (conforme definidos na Cláusula 5.1.3), estes deverão ser registrados no Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.1.4. Registro na CVM

2.1.4.1 A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro prévio de distribuição pública perante a CVM.



3

2.1.5. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. A Oferta Restrita será registrada exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” vigente desde 03 de fevereiro de 2014. Entretanto, condicionado o cumprimento da obrigação à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código.

2.1.6. Registro para Colocação e Negociação

2.1.6.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.5.1 desta Escritura de Emissão, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.5.4) depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 de referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora, de acordo com o artigo 2º de seu Estatuto Social, tem por objeto social:

- (i) o comércio varejista de: (a) artigos de armarinho Classificação Nacional de Atividades Econômicas (“CNAE”) 4755-5/02; (b) papelaria CNAE 4761-3/03; (c) equipamentos para escritório CNAE 4789-0/07; (d) livros CNAE 4763-6/01; (e) jornais e revistas CNAE 4761-0/02; (f) brinquedos e artigos recreativos CNAE 4763-6/01; (g) cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal CNAE 4772-5/00; (h) equipamentos e suprimentos de informática CNAE 4751-2/00; (i) materiais de embalagem CNAE 4789-0/99; (j) móveis CNAE 4754-7/01; (k) utilidades domésticas CNAE 4759-8/99; (l) artigos do vestuário e acessórios CNAE 4781-4/00; (m) calçados CNAE 4782-2/01; (n) artigos de festas CNAE 4789-0/99; (o) artigos de viagem CNAE 4782-2/02; (p) artigos de decoração, tapeçaria, cortinas e persianas CNAE 4759-8/01; (q) artigos para recém-nascidos e bebês, carrinhos, berços portáteis e andadeiras CNAE 4789-0/99; (r) especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo CNAE 4753-9/00; (s) discos,

CDs, DVDs e fitas CNAE 4762-8/00; e (t) doces, balas e bombons CNAE 4721-1/04;

- (ii) o comércio atacadista de: (a) artigos de armarinho CNAE 4641-9/03; (b) artigos de escritório e papelaria CNAE 4647-8/01; (c) livros, jornais e outras publicações CNAE 4647-8/02; (d) brinquedos e artigos recreativos CNAE 4693-1/00; (e) cosméticos e produtos de perfumaria CNAE 4646-0/01; (f) produtos de higiene pessoal CNAE 4646-0/02; (g) suprimentos de informática CNAE 4651-6/02; (h) materiais de embalagem CNAE 4686-9/02; (i) móveis CNAE 4649-4/04; (j) utilidades domésticas CNAE 4649-4/99; (k) artigos do vestuário e acessórios CNAE 4642-7/01; (l) calçados CNAE 4643-5/01; (m) artigos de festas CNAE 4693-1/00; (n) bolsas, malas e artigos de viagem CNAE 4643-5/02; (o) artigos de decoração, tapeçaria, cortinas e persianas CNAE 4649-4/05; (p) artigos para recém-nascidos e bebês, carrinhos, berços portáteis e andadeiras CNAE 4693-1/00; (q) aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico CNAE 4649-4/02; (r) discos, CDs, DVDs e fitas CNAE 4649-4/07; e (s) doces, balas e bombons CNAE 4637-1/07;
- (iii) a prestação de serviços de: (a) recarga de cartões telefônicos CNAE 4789-0/99; (b) assessoria em gestão empresarial CNAE 7020-4/00; (c) transporte rodoviário de cargas em geral CNAE 4930-2/02; (d) empacotamento e embalagens para presentes CNAE 8292-0100; (e) cursos de artesanatos CNAE 8592-9/99; e (f) serviços de fotocópias CNAE 8219-9/01;
- (iv) a importação de todos e quaisquer bens necessários à consecução das atividades econômicas desenvolvidas pela Emissora; e
- (v) a participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como em consórcios ou associações no setor de varejo ou em atividades correlatas.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o

regime misto de colocação, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Instituições Intermediárias"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, nos termos e condições estabelecidos no "Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime Misto de Colocação, da Lojas Le Biscuit S.A." ("Contrato de Colocação").

3.5.2. Sem prejuízo do disposto acima, o plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, no âmbito da Emissão, as Instituições Intermediárias: (i) somente poderão procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.



3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável; (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias; e (iv) se as Garantias deixarem de estar registradas nos órgãos competentes, estas deixarão de estar devidamente constituídas e de serem oponíveis a terceiros.

3.5.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelas Instituições Intermediárias aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sendo que as Instituições Intermediárias, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, conforme definidos no artigo 4º da mesma instrução ("Investidores Qualificados").

3.5.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, CEP 03.084-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e a instituição escrituradora das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").



3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados a investimentos em novas lojas, centros de distribuição, sistemas de gestão e liquidação antecipada de dívidas existentes.

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Gerais

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.1.4.1) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas até 50 (cinquenta) Debêntures para distribuição pública com esforços restritos.

4.1.3. Número de Séries

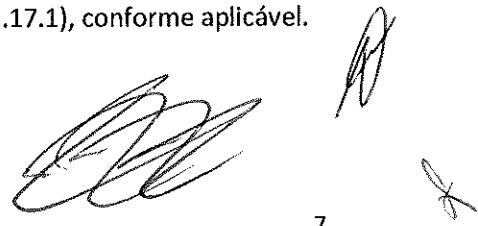
4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de julho de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 16 de julho de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição antecipada facultativa, Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na Cláusula 7.2.1) e de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida na Cláusula 7.2.3), estabelecidas nas Cláusulas 7.3, 7.1 e 7.2 desta Escritura de Emissão, respectivamente. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.11.7), acrescido dos juros remuneratórios devidos, calculados conforme a Cláusula 4.1.11 desta Escritura de Emissão, bem como de eventuais Encargos Moratórios (conforme definidos na Cláusula 4.1.17.1), conforme aplicável.



4.1.6. Espécie

4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia adicional real, nos termos desta Escritura de Emissão e conforme detalhado na Cláusula V abaixo.

4.1.7. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.1.7.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados.

4.1.8. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.8.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.9. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

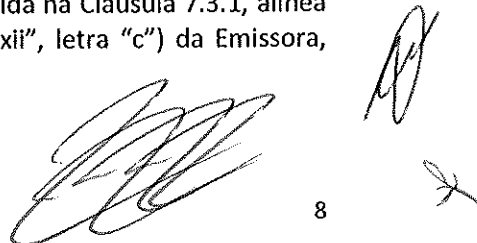
4.1.9.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.1.11) calculada na forma do Cláusula 4.11 desta Escritura de Emissão. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.1.10. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.1.10.1. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.1.11. Remuneração

4.1.11.1. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Cláusula 4.1.16.1), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada de uma sobretaxa equivalente a determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida de acordo com a relação Dívida Financeira Líquida (conforme definida na Cláusula 7.3.1, alínea “xxii”, letra “b”) / EBITDA (conforme definido na Cláusula 7.3.1, alínea “xxii”, letra “c”) da Emissora, conforme tabela abaixo (“Juros Remuneratórios” e “Remuneração”):

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. There are two large, stylized signatures on the left and two smaller sets of initials on the right. The page number '8' is located at the bottom right of this section.

Relação Dívida Financeira Líquida / EBITDA da Emissora	Sobretaxa dos Juros Remuneratórios
Maior que 1,75 vezes	3,00% ao ano
Igual ou inferior a 1,75 vezes (inclusive)	2,50% ao ano

No período compreendido entre a data da primeira integralização até que seja calculada a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, a sobretaxa dos Juros Remuneratórios será de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Para a determinação da sobretaxa para os demais Períodos de Capitalização (conforme definido na Cláusula 4.1.11.6), a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário o Demonstrativo de Apuração (conforme definido na Cláusula 8.1, alínea "ii", letra "b"), sendo que o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de referido demonstrativo, verificar o cálculo apresentado e informar à Emissora e aos Debenturistas a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, conforme tabela acima, que será válida para os 2 (dois) Períodos de Capitalização imediatamente subsequentes, conforme disposto na tabela abaixo.

Data de Pagamento	Sobretaxa dos Juros Remuneratórios ou Informação Base para Verificação da Sobretaxa dos Juros Remuneratórios, conforme o caso.
16 de janeiro de 2015	3,00% ao ano
16 de julho de 2015	3,00% ao ano
16 de janeiro de 2016	Demonstração Financeira do exercício encerrado em 31.12.2014
16 de julho de 2016	Demonstração Financeira do exercício encerrado em 31.12.2014
16 de janeiro de 2017	Demonstração Financeira do exercício encerrado em 31.12.2015
16 de julho de 2017	Demonstração Financeira do exercício encerrado em 31.12.2015
16 de janeiro de 2018	Demonstração Financeira do exercício encerrado em 31.12.2016
16 de julho de 2018	Demonstração Financeira do exercício encerrado em 31.12.2016
16 de janeiro de 2019	Demonstração Financeira do exercício encerrado em 31.12.2017
16 de julho de 2019	Demonstração Financeira do exercício encerrado em 31.12.2017

Se por qualquer razão não for possível a realização do cálculo da sobretaxa dos Juros Remuneratórios para quaisquer períodos onde um cálculo precise ser realizado com base na tabela acima, deverá ser utilizado como parâmetro o Período de Capitalização imediatamente anterior até o próximo Período de Capitalização, não havendo quaisquer compensações.

Em até 2 (dois) Dia Úteis contados do recebimento da informação quanto à nova sobretaxa e/ou a sua manutenção, conforme aplicável, dos Juros Remuneratórios, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão informar a CETIP quanto ao novo parâmetro a ser utilizado.

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a data da primeira integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.1.12)



imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização; informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório dos fatores das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

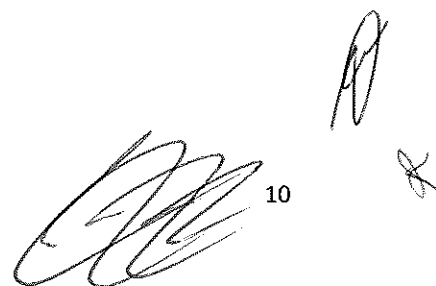
k = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização; sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:



10

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = a ser definido conforme a realização da apuração da relação Dívida Financeira Líquida / EBITDA, conforme procedimento descrito nesta Cláusula 4.1.11.1, o qual deverá ser informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = É o número de Dias Úteis entre a data da primeira integralização ou, Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{DI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{DI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.1.11.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI pela CETIP na data de pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, inclusive a Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte

11



da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.1.11.3. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (i) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (ii) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (iii) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 10.1), no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que será aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.1.11.5 desta Escritura de Emissão. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, será utilizada a última Taxa DI, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração.

4.1.11.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos encargos financeiros das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.1.11.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 4.1.11.9 abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data da primeira integralização (ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável). Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIk, conforme definida na fórmula acima, o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração.

4.1.11.6. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira integralização e termina na Data de Pagamento Efetivo da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento Efetivo da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



4.1.11.7. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após cada Data de Amortização, conforme previstas na Cláusula 4.1.14.1 desta Escritura de Emissão.

4.1.11.8. Farão jus ao Juros Remuneratórios e a qualquer pagamento relativo à amortização das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração e a cada Data de Amortização, respectivamente.

4.1.11.9. Para efeitos de quorum de assembleia da presente Emissão, consideram-se, “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.1.12. Pagamento da Remuneração

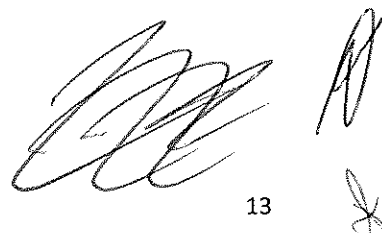
4.1.12.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 16 de janeiro de 2015 e o último na Data de Vencimento (“Data de Pagamento da Remuneração”).

4.1.13. Repactuação

4.1.13.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.1.14. Amortização

4.1.14.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nos percentuais e datas abaixo indicados, em 10 (dez) parcelas semestrais contadas a partir da Data de Emissão, sendo a primeira parcela a ser paga em 16 de janeiro de 2015, e as seguintes nas datas estabelecidas na tabela abaixo (“Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição antecipada facultativa, Resgate Antecipado Facultativo e de Oferta de Resgate Antecipado, estabelecidas nas Cláusulas 7.3, 7.1 e 7.2 desta Escritura de Emissão, respectivamente.



Parcela	Data de Pagamento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
01	16 de janeiro de 2015	10,00%
02	16 de julho de 2015	10,00%
03	16 de janeiro de 2016	10,00%
04	16 de julho de 2016	10,00%
05	16 de janeiro de 2017	10,00%
06	16 de julho de 2017	10,00%
07	16 de janeiro de 2018	10,00%
08	16 de julho de 2018	10,00%
09	16 de janeiro de 2019	10,00%
10	16 de julho de 2019	Saldo Remanescente

4.1.15. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.1.15.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura de Emissão, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriurador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

4.1.15.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.1.16. Prorrogação dos Prazos

4.1.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes desta Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa: (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer pagamento que não seja realizado por meio da CETIP, bem como com relação a outras obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.





4.1.17. Encargos Moratórios

4.1.17.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.1.18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.1.18.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.17.1 desta Escritura de Emissão, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.1.19. Publicidade

4.1.19.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOEBA e no jornal "Correio da Bahia", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

CLÁUSULA V **GARANTIAS DAS DEBÊNTURES**

5.1. Garantias

5.1.1. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, serão constituídas as seguintes cessões fiduciárias (todas, em conjunto, referidas como "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Recebíveis de Cartão de Crédito em Garantia, Administração de Conta e Outras Avenças" ("Contrato de Garantia – Cartões"): (a) cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, de titularidade da Emissora, contra a Redecard S.A. e a Cielo S.A., das bandeiras Visa e/ou Mastercard, oriundos da aceitação de cartões de crédito como meio de pagamento para aquisição de bens e serviços nos estabelecimentos comerciais da Emissora; (b) cessão fiduciária dos direitos de crédito de titularidade da

Emissora contra as instituições financeiras em que será(ão) mantida(s) a(s) conta(s) vinculada(s), domiciliada(s) e travada(s), no Banco Santander (Brasil) S.A., em que serão recebidos os valores referentes aos direitos creditórios dos cartões de crédito ("Direitos Creditórios da Conta Vinculada – Cartões" e "Direitos Creditórios dos Cartões de Crédito", respectivamente); e (c) cessão fiduciária de direitos creditórios relativos aos Investimentos Permitidos – Cartões, conforme definidos no Contrato de Garantia – Cartões ("Direitos Creditórios dos Investimentos Permitidos – Cartões" e, em conjunto com Direitos Creditórios dos Cartões de Crédito e Direitos Creditórios da Conta Vinculada – Cartões, "Direitos Cedidos Fiduciariamente"), sendo que o valor dos Direitos Cedidos Fiduciariamente nunca poderá ser inferior, a qualquer tempo, a 15% (quinze por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures acrescido da Remuneração incidente ("Saldo Mínimo"), nos termos do Contrato de Garantia – Cartões.

5.1.1.1. Caso o Saldo Mínimo deixe de ser atendido, a Emissora obrigará-se a depositar recursos em dinheiro na Conta Vinculada, a fim de que o Saldo Mínimo seja restabelecido ("Complemento de Garantia").

5.1.2. Exclusivamente enquanto o Saldo Mínimo não for atingido com os Direitos Cedidos Fiduciariamente, será constituída, em favor dos Debenturistas, a cessão fiduciária de créditos de titularidade da Emissora decorrentes de aplicações financeiras ("Cessão Fiduciária das Aplicações Financeiras" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Garantias") a serem descritas no "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Aplicações Financeiras em Garantia, Administração de Conta e Outras Avenças" ("Contrato de Garantia – Aplicações Financeiras" e, em conjunto com o Contrato de Garantia – Cartões, "Contratos de Garantia"), incluindo todos os direitos e acréscimos, seja a que título for, inclusive a título de rendimentos, juros e demais encargos, em montante necessário para que a Cessão Fiduciária das Aplicações Financeiras seja, na data da primeira integralização e até que a Cessão Fiduciária das Aplicações Financeiras venha a ser resolvida e extinta, conforme mencionada na Cláusula 5.1.2.1 abaixo, equivalente ao Saldo Mínimo.

5.1.2.1. A Cessão Fiduciária das Aplicações Financeiras será imediatamente resolvida e extinta independentemente de qualquer formalidade adicional, incluindo, mas a tanto não se limitando, a celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão e/ou aos Contratos de Garantia, uma vez atingido o Saldo Mínimo exclusivamente com os recebíveis decorrentes da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sendo que a totalidade dos recursos até então objeto da Cessão Fiduciária das Aplicações Financeiras será, integral e irrevogavelmente, liberado em favor da Emissora, em conformidade com o disposto no Contrato de Garantia – Aplicações Financeiras.

CLÁUSULA VI **ADITAMENTOS**

6.1. Quaisquer Aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser realizados por escrito, assinados por todas as partes desta Escritura de Emissão, e arquivados na JUCEB, sendo que 01 (uma) via original dos mesmos, devidamente arquivada na JUCEB, deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário,



16

conforme descrito na Cláusula 8.1, alínea “xiii” desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VII
AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Aquisição Antecipada Facultativa

7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das suas demonstrações financeiras.

7.1.1.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração e Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

7.2. Resgate Antecipado Facultativo e Oferta de Resgate Antecipado

7.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, observadas as condições e os prazos, conforme o caso, das cláusulas abaixo.

7.2.2. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de um prêmio indicativo sobre o valor resgatado (“Prêmio de Resgate Antecipado”) equivalente a:

Ano do Resgate Antecipado Facultativo tendo como base a data de emissão das debêntures (inclusive)	Prêmio de Resgate Antecipado
1º ano – 16 de julho de 2014 a 16 de julho de 2015	0,90%
2º ano – 17 de julho de 2015 a 16 de julho de 2016	0,70%
3º ano – 17 de julho de 2016 a 16 de julho de 2017	0,50%
4º ano – 17 de julho de 2018 a 16 de julho de 2018	0,40%
5º ano – 17 de julho de 2017 a 15 de julho de 2019	0,30%

7.2.3. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de

Emissão, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, endereçadas a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada da seguinte forma:

7.2.3.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá ser publicado nos jornais em que a Emissora realiza suas publicações habituais e descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá estar descrito em tal edital o procedimento e critérios de sorteio; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista à Emissora que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado; (iv) data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas.

7.2.3.2. Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, fora do âmbito da CETIP, no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias. Ao final desse prazo, a Emissora terá 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data. Fica definido que para as Debêntures custodiadas no CETIP, o resgate antecipado parcial ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

7.2.3.3. A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

7.2.3.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos até a data de resgate antecipado, calculados nos termos da Cláusula 4.1.11 desta Escritura de Emissão; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

7.2.3.5. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

7.2.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

7.3. Vencimento Antecipado

7.3.1. Observado o disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis*, desde a data da primeira integralização, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- (i) alteração do controle acionário da Emissora, direto ou indireto, que resulte na perda de Controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora por seus controladores atuais, exceto se: (a) a alteração do controle acionário ocorrer entre os próprios atuais acionistas da Emissora ou entre as demais empresas do seu grupo econômico; ou (b) operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (ii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (iii) decretação de falência da Emissora; pedido de autofalência formulado pela Emissora; pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (iv) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária oriunda das Debêntures e/ou em favor dos Debenturistas, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (v) transformação do tipo societário da Emissora de sociedade por ações em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) se esta Escritura de Emissão, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem declaradas inválidas, nulas ou inexecutáveis, por decisão judicial transitada em julgado;
- (viii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;

- (ix) alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora de forma a excluir as atividades principais atuais, conforme descritas na Cláusula 3.1.1 desta Escritura de Emissão, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (x) vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras da Emissora contratadas junto a instituições financeiras e/ou entidades multilaterais de crédito (incluindo, mas não se limitando a empréstimos e/ou financiamentos no mercado local ou internacional, instrumentos derivativos e operações similares, bem como operações no mercado de capitais) envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xi) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) não sanado: (a) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver; ou (b) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida, exceto se validamente comprovado, neste prazo, a critério dos Debenturistas, que o pagamento não era devido, por qualquer razão;
- (xii) realização de transações com partes relacionadas, exceto: (a) pelos contratos já existentes celebrados pela Emissora; (b) se contratadas no curso normal dos negócios da Emissora em condições equitativas e sem prioridade sobre o crédito decorrente das Debêntures, dentro dos parâmetros de mercado e *pari passu* com as demais dívidas sem garantia real da Emissora; e/ou (c) se previamente autorizadas pelos Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xiii) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, juros sob capital próprio ou de qualquer tipo de participação nos resultados, caso a Emissora esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 desta Escritura de Emissão
- (xv) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, não sanada em 10 (dez) Dias Úteis contados: (a) da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; ou (b) da data em que a Emissora tomar ciência do inadimplemento, o que ocorrer primeiro;
- (xvi) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra a Emissora em valor unitário ou agregado, igual

ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da intimação do protesto; (b) for sustado ou cancelado no prazo legal; ou (c) o valor objeto do protesto foi devidamente quitado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura;

- (xvii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial, administrativa e/ou arbitral não sujeita a qualquer tipo de impugnação e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo, contra a Emissora, em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (xviii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer das controladas diretas ou indiretas da Emissora, conforme o caso, e cuja falta afete materialmente e de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações no termos desta Escritura de Emissão;
- (xix) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável, provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas na data em que foram prestadas;
- (xx) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora, desde que tal ato afete de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações decorrentes das Debêntures;
- (xxi) as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia não sejam constituídas e aperfeiçoadas nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- (xxii) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, ao final de cada exercício a partir do exercício que terá como base as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2014, no prazo previsto na Cláusula 8.1, alínea "ii", letra "b" abaixo, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

Índice obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, inferior ou igual aos *ratios* abaixo:

Demonstração Financeira de:	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Ratios	3,0x	2,5x	2,5x	2,5x	2,5x

Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se:

- (a) “Dívida” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing* financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, bem como dívidas com partes relacionadas.
- (b) “Dívida Financeira Líquida” significa o valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, bem como caixa e aplicações financeiras de empresas adquiridas e ainda não consolidadas.
- (c) “EBITDA” significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro (excluído deste o resultado com ajuste a valor presente e o resultado de descontos obtidos/concedidos), do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários e do registro do plano de ações de funcionários. Entende-se como Resultado Não Operacional: (i) a venda de ativos; (ii) provisões/reversões de contingências; (iii) *impairment*; (iv) despesas pontuais de reestruturação; e (v) ajustes de exercícios anteriores, desde que sem efeito caixa. Inclui também EBITDA pro forma das empresas adquiridas pela devedora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração.

7.3.1.1. Os Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas “x”, “xi”, “xvi” e “xvii” na Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão deverão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que venha a substituí-lo.

7.3.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas de “i” a “x”, “xiii”, “xvi”, “xvii”, “xviii”, “xx” e “xxi” na Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.3.3. Na ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas demais alíneas da Cláusula

7.3.1 desta Escritura de Emissão (que não aquelas descritas na Cláusula 7.3.2. acima), o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula X desta Escritura de Emissão, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.3.4. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3.3 desta Escritura de Emissão, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures assumidas pela Emissora, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

7.3.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3.3 desta Escritura de Emissão, não for deliberada a não declaração do vencimento antecipado, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com aviso de recebimento à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante.

7.3.6. Em caso de decretação do vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis*, desde a data da primeira integralização ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante da Cláusula XII desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.3.7. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP, com cópia para a Emissora, informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

CLÁUSULA VIII **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

8.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, adicionalmente se obriga a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a(s): (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais Aditamentos e as Aprovações Societárias da Emissora; e (c) despesas com a contratação do Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e assessores legais;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;
 - (b) no prazo de 15 (quinze) dias após o que ocorrer primeiro entre: (i) 3 (três) meses após o término do respectivo exercício social; ou (ii) a data da efetiva divulgação da respectiva demonstração financeira, conforme o caso, cópia de demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros previstos na Cláusula 7.3.1, alínea "xxii" desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias à sua apuração ("Demonstrativo de Apuração"), sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como declaração do representante legal da Emissora atestando a suficiência dos referidos Índices Financeiros e o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão; e
 - (c) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão na mesma data do conhecimento de sua ocorrência.
- (iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iv) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente às Instituições Intermediárias e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
 - (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
 - (vii) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (ix) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado previsto nesta Escritura de Emissão;
 - (x) manter a propriedade sobre seus bens e propriedades relevantes e particularmente sobre seus imóveis;
 - (xi) manter os ativos mencionados acima segurados por companhia de seguro de primeira linha,

com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;

- (xii) promover o registro das Garantias nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes nos termos e prazos estabelecidos nos respectivos Contratos de Garantia;
- (xiii) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais dos Contratos de Garantia e de eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes;
- (xiv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xvii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;
- (xviii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- (xix) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) Dias Úteis antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xx) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua ciência, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;

- (xxi) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (xxii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;
- (xxiii) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xxiv) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400; e
- (xxv) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de: (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

CLÁUSULA IX **AGENTE FIDUCIÁRIO**

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não efetuou qualquer tipo de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações da Emissora ora prestadas;
- (xii) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora e/ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28;
- (i) que, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário declara que presta serviço de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 05 de novembro de 2018, em que foram emitidas 4.500 (quatro mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Em sua data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora,



oriundos da aceitação de cartões de crédito, por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora contra as instituições financeiras que serão mantidas no Itaú Unibanco S.A., bem como por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora relativo aos Investimentos – Permitidos – Cartões conforme previsto na escritura de emissão; e

- (xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto.

9.2.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.7 desta Escritura de Emissão.

9.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEB.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de



Emissão ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (v) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o disposto na Cláusula 9.6.5 desta Escritura de Emissão; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob



obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;

- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 2.1.1;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;



- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea "k", itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (xvi) colocar o relatório de que trata a alínea (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede das Instituições Intermediárias.
- (xvii) enviar comunicado aos Debenturistas, se possível individualmente, de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "xvi" acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao



disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;

- (xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) disponibilizar o preço unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (xxii) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xxiii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xxiv) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (xxv) acompanhar o cálculo apresentado pela Emissora com base no Demonstrativo de Apuração da relação Dívida Financeira Líquida / EBITDA, bem como informar à Emissora e aos Debenturistas a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, observado o prazo disposto na Cláusula 4.1.11.1 desta Escritura de Emissão.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;



- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.5.1 "i" a "iii" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4 desta Escritura de Emissão, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso "iv" acima.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela



devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer aquisição antecipada facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado ou vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme previstos nesta Escritura de Emissão, antes da Data de Vencimento, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

9.6.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

9.6.5. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura de Emissão correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

9.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da



remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.9. A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura de Emissão, como configuradores de vencimento antecipado.

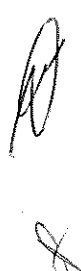
9.6.10. A remuneração descrita na Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

9.6.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.12. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

9.6.13. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 9.6.11 desta Escritura de Emissão será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.14. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, mas sempre observando se as condições estão razoáveis e dentro do padrão de mercado, quais sejam: publicações em geral, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.



CLÁUSULA X
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

10.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

10.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

10.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão.

10.9. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, dependerão da aprovação por Debenturistas que detenham, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) a Data de Vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas nos Itens da Cláusula 7.3.1. acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário (*waiver*).

10.10. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do

voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.11. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.


CLÁUSULA XI **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

11.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas, que na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- (i) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringe qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição desta Escritura de Emissão na JUCEB e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não

sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;

- (viii) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (ix) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (x) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xii) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura de Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xiii) possui todas autorizações e licenças ambientais relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, ressalvadas aquelas questionadas pela Emissora e/ou terceiros, conforme o caso, de boa-fé, junto aos órgãos competentes;
- (xiv) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e à execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; e
- (xv) observa, bem como faz com que seus Representantes observem, em todos os seus aspectos relevantes, toda e qualquer obrigação decorrente da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 ou qualquer outra Lei Anticorrupção aplicável, adotando a política interna anticorrupção, que coíbe a prática dos atos lesivos e garante o integral cumprimento das referidas Leis de Anticorrupção e dos quais seus Representantes tenham pleno conhecimento.



CLÁUSULA XII
DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

LOJAS LE BISCUIT S.A.

Avenida Mário Leal Ferreira, 1.254, Bairro Brotas

CEP 40.285-600 – Salvador – BA

At.: Srs. Álvaro Sant'anna / Lukas Ribeiro / Leonardo Cruz

Tel.: + 55 (71) 3276-8037

Fax: + 55 (71) 3276-8001

E-mail: alvaro@lebiscuit.com.br / lukasribeiro@lebiscuit.com.br / leonardocruz@lebiscuit.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304

CEP 22.640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: + 55 (21) 3385-4565

Fax: + 55 (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

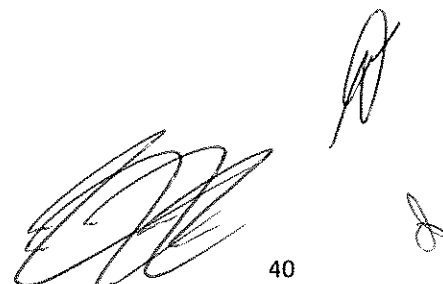
CEP 03.084-010 – São Paulo – SP

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Tel.: + 55 (11) 2797-4204

Fax: + 55 (11) 2797-3140

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



(iv) Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

CEP 04.538-132 – São Paulo – SP

At.: Sra. Cláudia Vasconcellos

Tel.: + 55 (11) 2797-4204

Fax: + 55 (11) 2797-3140

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20.031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: + 55 (21) 2276-7474

Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01.452-001 – São Paulo – SP

Tel.: + 55 (11) 3111-1596

Fax: + 55 (11) 3115-1564

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

12.1.4. A mudança do endereço da Emissora, bem como a mudança de qualquer outro endereço das demais partes indicadas na Cláusula 10.1 (neste caso, desde que a Emissora seja informada previamente por tal parte por escrito), deverá ser comunicada às demais partes que não a parte que teve seu endereço alterado.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

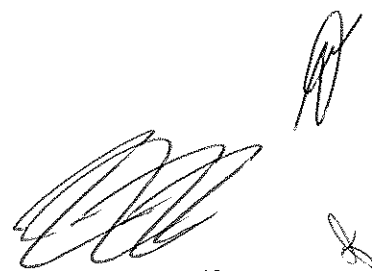
12.6. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.7. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

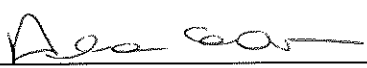
Feira de Santana, 15 de julho de 2014.


*(RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.
PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEGUIR)*

The block contains several handwritten signatures in black ink. There is a large, stylized signature in the center, and several smaller, more compact signatures to its right and above it. These are likely the signatures of the parties and witnesses mentioned in the text.

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Lojas Le Biscuit S.A.)

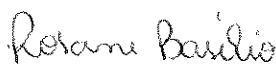
LOJAS LE BISCUIT S.A.


Nome: _____
Cargo: Lojas Le Biscuit S/A.
Álvaro Sant'anna Neto
Presidente


Nome: _____
Cargo: Lojas Le Biscuit S/A.
Lukas Ribeiro
Diretor Administrativo Financeiro

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Lojas Le Biscuit S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Lojas Le Biscuit S.A.)

TESTEMUNHAS

1. Fernanda Silva

Nome:

RG/Órgão Expedidor:

Fernanda Silva
RG: 28.569.558-7 SSP/SP
CPF: 283.839.718-42

2. [Assinatura]

Nome:

RG/Órgão Expedidor: Sandra Faria de Lima SSP/SP
RG: 19.558.265-2
CPF: 140.583.258-44